

**EDITAL DE LEILÃO PARA CONHECIMENTO E INTIMAÇÃO DO(S)
EXECUTADO(S) E INTERESSADO(S).**

O(A) Doutor(a) Bruna Carrafa Bessa Levis, M.M°. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, nos termos dos arts. 879 e seguintes do Código de Processo Civil e Resolução 236/16 do Conselho Nacional de Justiça, faz saber a todos que será realizado Leilão Judicial Eletrônico do(s) bem(ns) abaixo descrito, que será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m) e os lances serão captados, exclusivamente, conforme contido no presente edital e na plataforma eletrônica www.webleilos.com.br.

PROCESSO nº 1000114-78.1994.8.26.0309

AÇÃO: CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA

EXEQUENTE(s): MARIELA MUNHOS DIAS (CPF nº 137.571.048-62), **ALESSANDRA MUNHOS DIAS** (CPF nº 155.096.298-19) e **LARA OLIVEIRA** representada por **MARIA SENHORA OLIVEIRA SANTOS** (CPF nº 016.914.468-23). **ADVOGADO: ANDRÉ SALVADOR ÁVILA** (OAB/SP nº 187.183)

EXECUTADO(s): HELENA NALINI FURIGATO (CPF nº 712.022.778-53)

TERCEIROS: LUIZ ROBERTO FURIGATO (CPF nº 712.022.778-53), **HAMILTON NALINI** (CPF nº 772.522.848-91), **WILSON LUIZ NALINI** (CPF nº 016.967.158-57), **DORIVAL ANTONIO NALINI** (CPF nº 039.084.908-12), **IVANETE SAMPAIO NALINI** (CPF nº 201.835.918-52), **LAÉRCIO JOSÉ NALINI** (CPF nº 102.568.828-78), **ANTONIA LUCIA DE SOUSA NALINI** (CPF nº 029.478.488-88), **CELIA DE FATIMA NALINI ARNALDO** (CPF nº 120.369.858-58), **JOÃO ARNALDO** (CPF nº 025.099.048-25) E **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ/SP** (CNPJ nº 45.780.103/0001-50)

CONSTA NOS AUTOS HAVER RECURSOS OU CAUSAS PENDENTES DE JULGAMENTO: NÃO

BENS:

LOTE 1 - LOTE DE TERRENO urbano, sem benfeitorias, sob nº12 da QUADRA A, do JARDIM DAS CARPAS, no bairro da Colônia, nesta cidade, com área de 250,00 m², medindo 10,00 metros de frente para a RUA DOIS, por 25,00 metros, da frente para a RUA DOIS, por 25,00 metros, da frente aos fundos, dividindo-se

de um lado, com o lote 10, de outro lado com o lote 14 e, pelos fundos, com o lote 11.

MATRÍCULA: 133.655, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiaí/SP

CONTRIBUINTE: 18.021.0045

LOCALIZAÇÃO: Rua Padre Januário Barbosa, nº 169, Jundiaí/SP (Lote 12 - Quadra A)

PROPRIEDADE OU DIREITOS: PROPRIEDADE

ÔNUS: AV.8 – PENHORA - Conforme ordem do D. Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, nos autos do processo nº 0005687-17.1994.8.26.0309, foi deferida a penhora da parte ideal correspondente a 4,16 deste imóvel; AV.9 – RETIFICAÇÃO - Conforme ordem do D. Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, nos autos do processo nº 1000114-78.1994.8.26.0309/01, para constar a retificação do percentual penhorado na AV.8, sendo o correto 8,33% do imóvel.

• **LOTE 2:** LOTE DE TERRENO urbano, sem benfeitorias, sob n.14 da QUADRA A, do JARDIM DAS CARPAS, no bairro da Colônia, nesta cidade, com área de 250,00 m², medindo 10,00 metros de frente para a RUA DOIS, por 25,00 metros, da frente aos fundos, dividindo-se de um lado, com o lote 12, de outro lado com o lote 16 e, pelos fundos com o lote 13.

MATRÍCULA: 133.664, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiaí/SP

CONTRIBUINTE: 18.021.0032

LOCALIZAÇÃO: Rua Padre Januário Barbosa, nº 0, Jundiaí/SP (Lote 14 - Quadra A)

PROPRIEDADE OU DIREITOS: PROPRIEDADE

ÔNUS: AV.8 – PENHORA - Conforme ordem do D. Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, nos autos do processo nº 0005687-17.1994.8.26.0309, foi deferida a penhora da parte ideal correspondente a 4,16 deste imóvel; AV.9 – RETIFICAÇÃO - Conforme ordem do D. Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Jundiaí/SP, nos autos do processo nº 1000114-78.1994.8.26.0309/01, para constar a retificação do percentual penhorado na AV.8, sendo o correto 8,33% do imóvel.

OBSERVAÇÃO: Conforme determinado na r. decisão de fl. 1.054 dos autos digitais, “(...) embora mantidas as penhoras somente sobre as frações ideais dos imóveis (fls. 728), estes serão alienados na totalidade, em cumprimento ao art. 843 do CPC, resguardando-se a quota-parte dos coproprietários com o produto da alienação, segundo o valor da avaliação”.

VALOR DE AVALIAÇÃO DOS BENS: R\$352.600,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e seiscientos reais), para dezembro de 2017, conforme Laudo Pericial de fls. 759/792.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$533.636,23 (quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), para janeiro de 2026, que será atualizado à época da alienação, conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP, no auto de arrematação.

DÉBITO EXEQUENDO: R\$2.183.919,44 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos), para março/2024, conforme planilha apresentada na fl. 1.212.

1ª PRAÇA: De 09/03/2026, às 14h00 até 12/03/2026, às 14h00, com lance mínimo em valor igual ou superior ao da avaliação atualizado.

2ª PRAÇA: De 12/03/2026, às 14h01 até 01/04/2026, às 14h00, com lance mínimo em valor igual ou superior à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de avaliação.

HORÁRIO: Oficial de Brasília - Distrito Federal.

DO(S) CONDUTOR(ES): O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Tiago Tessler Blecher.

IMPOSTOS, MULTAS E TAXAS: Não foi possível localizar débitos tributários até a confecção deste edital devido à ausência de dados para busca, desse modo se faz necessária a intimação do órgão competente para que informe se os bens penhorados possuem débitos de IPTU em aberto e/ou inscritos em dívida ativa.

COMO PARTICIPAR: O interessado em participar da alienação judicial eletrônica deverá se cadastrar previamente no site www.webleilos.com.br. Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema do Leiloeiro, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Sobreindo novo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da Alienação Judicial eletrônica, o horário (cronômetro) de fechamento do pregão será prorrogado por mais três minutos e sinalizado para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE VENDA: O arrematante efetuará o pagamento à vista ou a prazo. Pagamento à vista: o depósito deve ser efetuado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial do Banco Brasil, (obtida através do site www.bb.com.br). Pagamento a prazo: com o depósito do sinal igual ou superior a 25% do valor de lance mínimo, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) a contar do

encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial do Banco Brasil, (obtida através do site www.bb.com.br) e o restante em até 30 (trinta) parcelas, com correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e garantido por caução idônea (no caso de bens móveis) e pela hipoteca do próprio bem (no caso de bens imóveis), ficando esta forma de pagamento sujeita a apreciação do MM. Juízo (art. 891, parágrafo único, art. 895, § 1º, §2º, §7º e §8º, NCPC). Decorrido o prazo sem que arrematante tenha realizado o depósito do preço ou do sinal, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. O arrematante pode pedir por escrito o parcelamento do valor da arrematação até o início do leilão que será realizado, nos moldes e limites trazidos pelo artigo 895, incisos I e II, CPC/2015. Neste requerimento escrito e endereçado ao Juízo, o interessado deverá apresentar as prestações (observado o requisito do artigo 895, § 1º, CPC/2015), a modalidade, o indexador de correção monetária (artigo 895, § 2º, CPC/2015), a garantia oferecida (artigo 895, § 1º, CPC) e as condições de pagamento do saldo devedor (artigo 895, § 2º, CPC/2015). No mesmo requerimento, o interessado na arrematação com pagamento parcelado deverá consignar expressamente estar ciente da incidência da multa de 10% (sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas) em caso de atraso no pagamento (artigo 895, § 4º, CPC/2015). E, em caso de inadimplemento, deverá declarar sua ciência sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (artigo 895, § 5º, CPC/2015). Com igual destaque deve estar contido no edital que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (artigo 895, § 7º, CPC/2015). Propostas serão submetidas à apreciação pelo MM Juízo, somente se não houver lance à vista, pois o lance é soberano em face de qualquer proposta. Caso não haja lances dentro do previsto pelo edital homologado, poderá o interessado encaminhar a proposta ao leiloeiro em um prazo de 15 dias a contar do encerramento do leilão, para o Leiloeiro protocolar junto aos autos do processo com uma possível proposta desde que não seja abaixo do valor previsto pelo novo CPC/15. Propostas: Caso o bem não seja vendido durante o 1º e 2º leilão, fica desde já autorizada a captação de propostas pelo prazo de 10 dias a contar do encerramento do 2º leilão, e submetidas à apreciação do MM. Juiz. O lance, ainda que parcelado, é soberano e prefere a qualquer proposta. Propostas apresentadas diretamente no processo, ainda que posteriores ao encerramento do leilão, e mesmo que este tenha restado negativo, também estarão integralmente sujeitas aos termos e condições deste edital, em especial à obrigatoriedade de pagamento da comissão no percentual acima indicado, sob pena de não acolhimento ou caracterização de aquisição por venda direta, responsabilizando-se o proponente pelos respectivos ônus e débitos incidentes.

DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS: Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

COMISSÃO DO LEILOEIRO E AUTO DE ARREMATAÇÃO: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo leiloeiro), bem como a comissão do leiloeiro no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil e art. 19 do Prov. n. CSM n. 1625/2009). A comissão devida ao Leiloeiro será de **5% (cinco por cento)**. O leiloeiro emitirá a guia de pagamento da comissão no mesmo momento de encaminhar a guia de dep. judicial. Assinado o auto de arrematação a comissão será devida de maneira irretratável e irrevogável. Sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 -CNJ). Em caso de acordo, adjudicação, remissão após a entrega e publicação do edital, a comissão do Leiloeiro permanece devida no aporte de 3% (Três por cento) do valor da avaliação, conforme já decidido pelo E. STJ em caso análogo (Resp. 185656-DF, 3^a. T, Rel. Min. Ari Pargendler, DJU 22/10/2001, p. 00317). Em caso de pagamento da dívida ou acordo com a parte credora, fica o(a) Executado(a) ciente que deverá pagar ao Leiloeiro, a título de Verba Honorária, o equivalente a 5% sobre o valor da avaliação do bem penhorado em conformidade com o Artigo 7º § 3º da Resolução 236/2016 do CNJ. Em caso de adjudicação, os honorários do Leiloeiro correm por conta do adjudicante. Ciente a Executada que o prazo para embargos corre na forma do Artigo 903 § 2º do CPC. Neste caso, deverá o exequente englobar no valor do acordo a comissão devida ao Leiloeiro, a título de resarcimento das despesas. As propostas de arrematação protocoladas nos autos do processo não estarão isento da comissão do leiloeiro. Em todos os casos o pagamento será feito através de boleto ou outro meio a ser indicado pelo leiloeiro oficial e o comprovante deverá ser imediatamente encaminhado pelo e-mail: [contato@webleilos.com.br](mailto: contato@webleilos.com.br)

OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: Eventuais ônus sobre o imóvel e todas as providências e despesas relativas à transferência do bem, tais como desocupação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, oriundos de construção ou reformas não averbados no Órgão competente, inclusive débitos apurados junto ao INSS, correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU, demais taxas e impostos, conforme o art. 130, “caput” e parágrafo único do CTN, bem como os débitos de condomínio (que possuem natureza “propter rem”), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. O arrematante deverá ainda, assinar o auto de arrematação, conforme disposição do artigo 903, NCPC

CONCURSO DE CREDORES E DEMAIS DISPOSIÇÕES: Em caso de arrematação os débitos que recaem sobre o bem de natureza "propter rem", sub-rogam-se sobre o respectivo preço. Quanto às dívidas tributárias, há disposição expressa no parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional. Se o credor optar pela não adjudicação, participará das hastas públicas e pregões, na forma da lei e igualdade de condições, e em caso de leilão negativo poderá apresentar propostas no prazo de 15 dias para homologação do magistrado, na totalidade do imóvel ou na fração que lhe compete, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito, ressalvada a possibilidade de decisão distinta do Juízo. Deverá depositar o valor excedente, no mesmo prazo. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do leiloeiro, na forma antes mencionada, que não será considerada despesa processual para fins de resarcimento pelo executado.

MULTA: Havendo desistência ou não pagamento, será fixada pelo MM. Juízo.

INTIMAÇÃO/PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Este edital será publicado este com a antecedência mínima necessária, na rede mundial de computadores através no sítio eletrônico www.webleilos.com.br, conforme previsto no art. 887, §2º, do Código de Processo Civil. Ficam a(s) partes, executado(s), cônjuge(s), credor(es) fiduciário(s)/hipotecário(s)/preferencial(is), coproprietário(s), promitente(s) comprador(es), senhorio(s) direto(s), usufrutuário(s), credor(es) com garantia real ou com penhora(s) anteriormente averbada(s), terceiros e demais interessados, que não seja(m) de qualquer modo parte na presente ação, INTIMADOS das presentes designações, por esta via editalícia, na pessoa de seus representantes ou caso não sejam localizados para a intimação pessoal, bem como da penhora realizada em **01/11/2019**, não podendo, de forma alguma, posteriormente, alegar ignorância do contido neste edital.

Será este edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei, o que suprirá eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. Este edital será publicado, com a antecedência mínima necessária, na rede mundial de computadores.

Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.webleilos.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.

São Paulo, 08 de janeiro de 2026.

Dra. Bruna Carrafa Bessa Levis
Juíza de Direito